

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Propaganda Eleitoral na Internet I e II

Docente

Frederico Franco Alvim

Mini currículo

Frederico Franco Alvim. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Doutorando em Ciência Política (ULisboa). Mestre em Direito (Unimep). Especialista em Direito e Processo Eleitoral (UFG), Direito Eleitoral (UNAM) e Poder Judiciário com Ênfase em Direito Eleitoral (EJEMT). Chefe da Coordenadoria de Combate à Desinformação e do Núcleo de Cultura Democrática e Direitos Digitais do Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-Assessor Especial e Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Especialista Global designado para projetos do IDEA Internacional, da International Foundation for Electoral Systems (IFES) e do Instituto Nacional Eleitoral do México (INE). Laureado com a Medalha "90 Anos da Justiça Eleitoral e do Voto Feminino no Brasil" (TSE, 2024). Vencedor do I Prêmio Nacional de Inovação da Justiça Eleitoral (TSE, 2023). Vencedor do Prêmio Acadêmico da Rede Mundial de Justiça Eleitoral (RMJE, 2025). Laureado com a Medalha do Mérito Acadêmico do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2025). Autor e coautor obras jurídicas publicadas no Brasil e no exterior, entre as quais, "AI and Electoral Campaigns"(Willey, 2025), "Inteligencia Artificial y Campañas Electorales Algorítmicas" (CEPC, 2025), "Inteligência Artificial e Eleições de Alto Risco" (Lumen Juris, 2024), "Inteligência Artificial para eleições (mais) livres, justas e eficientes" (Lumen Juris, 2025) e "Guerras Cognitivas na Arena Eleitoral: o controle jurisdicional da desinformação" (Lumen Juris, 2024).

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7693469890505904>

Modalidade

EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

Carga horária total

6 horas-aula

Público-alvo

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

Número de participantes

Até 500 (aula síncronas).

Vagas ilimitadas (aula assíncrona)

Ementa

Curso voltado ao desenvolvimento de conceitos básicos, arcabouço jurídico, jurisprudência e parâmetros de controle relacionados ao controle jurisdicional da propaganda eleitoral no ambiente digital, incluindo as normas aplicáveis ao uso de inteligência artificial em campanhas eleitorais.

Justificativa

A propaganda eleitoral na internet consolidou-se como um dos principais instrumentos de comunicação política nas democracias contemporâneas, transformando profundamente as dinâmicas tradicionais de difusão de mensagens eleitorais por meio do uso de redes sociais, plataformas digitais, algoritmos de segmentação e impulsionamento de conteúdo, com ampla capacidade de influenciar o comportamento do eleitorado; nesse contexto, torna-se imprescindível compatibilizar a liberdade de expressão e a comunicação política com o princípio da legalidade, a igualdade de oportunidades entre os competidores e a proteção da liberdade de sufrágio, sobretudo diante dos riscos associados à desinformação, ao uso indevido de dados pessoais e à assimetria informacional; assim, o estudo específico da propaganda eleitoral no ambiente digital revela-se essencial para a compreensão dos desafios normativos, tecnológicos e institucionais que se impõem à Justiça Eleitoral na tutela da integridade do processo eleitoral, na responsabilização por ilícitos e na preservação das estruturas principiológicas que asseguram a lisura e a legitimidade das eleições.

Objetivo Geral

Explicar e desenvolver os conceitos fundamentais relacionados à propaganda eleitoral na internet, abrangendo seu regime jurídico específico, as modalidades de veiculação em plataformas digitais, os limites impostos pela legislação eleitoral e constitucional, as hipóteses de ilicitude, os mecanismos de responsabilização e as balizas para a atuação da Justiça Eleitoral, com especial atenção à necessária compatibilização entre liberdade de expressão, integridade do processo eleitoral, igualdade de oportunidades entre candidatos e dever de autocontenção na intervenção estatal no ambiente digital.

Organização e Desenvolvimento

O curso será realizado de forma assíncrona e a metodologia de exposição teórica e análise de situações concretas foram organizadas de forma a propiciar o protagonismo das/dos participantes, para que possam identificar as questões fundamentais relacionadas ao tema.

Material complementar

Serão disponibilizados slides aos participantes materiais complementar para aprofundamento dos estudos, com o tratamento de questões abordadas no curso.

Atuação e responsabilidade de tutoras e tutores

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

Atuação e responsabilidade de alunas e alunos

Participar das atividades assíncronas, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

Planejamento Pedagógico

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	CH	Recursos	Avaliação
Desenvolver conhecimentos sobre como: 1. Identificar e aplicar corretamente o regime jurídico da propaganda eleitoral na internet. 2. Assegurar o cumprimento das normas que regem a propaganda no ambiente digital, inclusive quanto ao impulsionamento de conteúdo, uso de dados e responsabilidades de candidatos, partidos e provedores.	A regulação geral da propaganda na Internet. Evolução histórica. Arcabouço normativo. Da permissividade e da propaganda computacional no tempo. Espaços reservados à propaganda no ambiente digital. A obrigação de informação de canais oficiais à Justiça Eleitoral. A vedação da propaganda paga. Normas aplicáveis aos influenciadores digitais. Exceções à veiculação de propaganda paga. A regulação do anonimato no contexto eleitoral. A diferença entre contas anônimas e contas anonimizadas. Impulsionamento e priorização de conteúdos. Conceitos correlatos: perfilamento e	Telepresencial síncrono e assíncrono	6 horas-aula.	Slides e materiais informativos	Frequência no curso síncrono e interação no segmento assíncrono

	microdirecionamento de mensagens publicitárias. Formas de realização do impulsionamento: posts patrocinados, anúncios de display, vídeos publicitários, mecanismos de busca interna, conteúdo nativo e anúncios dinâmicos. Modalidades disponíveis em plataformas digitais. Pressupostos regulamentares para a comercialização do impulsionamento de conteúdos. Regras básicas para o impulsionamento. Regras específicas para a priorização. A regulação da IA no contexto eleitoral: panorama geral e uso da IA generativa. Regras de aviso. Exceções à obrigação de aviso: técnicas de de-aging e makeover. Uso de avatares e chatbots. Normas relativas ao				
--	---	--	--	--	--

	uso de dados pessoais. A evolução das técnicas de exploração de dados. Objetivos do tratamento de dados. Espécies de dados de interesse: dados de contato, dados de personalidade, dados de psicossocialidade, dados de suscetibilidade conjuntural. A exploração de dados psicográficos na propaganda eleitoral. O dever de neutralidade e a responsabilização das plataformas no contexto brasileiro				
--	---	--	--	--	--

Avaliação de reação

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

CrITÉRIOS para certificação

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

Bibliografia

ALVIM, Frederico Franco. Curso de Direito Eleitoral. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

ALVIM, Frederico Franco; ZILIO, Rodrigo López; CARVALHO, Volgane Oliveira. **Guerras cognitivas na arena eleitoral**: o controle judicial da desinformação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

ALVIM, Frederico Franco; RUBIO NÚÑEZ, Rafael; MONTEIRO, Vitor de Andrade. **Inteligência artificial e eleições de alto risco**: ciberpatologias e ameaças sistêmicas da nova comunicação política. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

BARROSO, Luna Van Brussel. **Liberdade de expressão e democracia na era digital**. O impacto das mídias sociais no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era digital**. São Paulo: Paulus, 2025.

KOFI ANNAN FOUNDATION. **La protección de la integridad electoral en la era digital**. Ginebra: KAF, 2020.

MASSARO, Heloisa; SANTOS, Bruna; BIONI, Bruno; BRITO CRUZ, Francisco; RIELLI, Mariana; VIEIRA, Rafael. **Proteção de dados nas eleições**: democracia e privacidade. Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições, 2020.

RAIS, Diogo; GOLTZMAN, Elder Maia (coords.). **Regulação eleitoral digital comentada**: comentários às normas eleitorais digitais de 2024. Curitiba: Instituto Atuação, 2024.

SÁNCHEZ MUÑOZ, Óscar. **La regulación de las campañas electorales en la era digital**. Desinformación y microsegmentación en las redes sociales con fines electorales. Madrid: CEPC, 2020.

SOUZA, Bruno Cezar de Andrade. **Dados pessoais**: LGPD e as eleições. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022.

ZILIO, Rodrigo López. **Manual de Direito Eleitoral**. Volume único. Salvador: JusPodivm, 2024.

ZINGALES, Nicolo; LUCENA, Marina; CALDERON, Andrés; MILANESE, Giovanna; BAZAN, Henrique; BARBOSA, Laíse; REBELO, Leandro. **TSE, plataformas digitais e desinformação**. Conceitos relevantes e comentários sobre as resoluções do TSE. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.

Anexos

Slides serão disponibilizados oportunamente.